

## PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o Programa do Seguro- Desemprego deverá assistir financeiramente o trabalhador desempregado em virtude de situações climáticas ou naturais de caráter extraordinário, ou em virtude do exercício de poder de polícia do Estado.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

### I – RELATÓRIO

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 924, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, que tem por finalidade dispor sobre a assistência financeira, por meio do Programa do Seguro-Desemprego, aos trabalhadores desempregados em virtude de situações climáticas ou naturais de caráter extraordinário, ou, ainda, em decorrência de ações alicerçadas no poder de polícia do Estado.

O projeto estabelece que ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT caberá decidir sobre a assistência financeira a ser prestada a esses desempregados.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma:

*São inúmeras as situações em que o trabalhador se torna vítima do desemprego em virtude de situações climáticas ou naturais de caráter extraordinário, ou em função do exercício de poder de polícia do Estado.*

*Exemplos mais recentes foram as enchentes que acometeram no Estado de Santa Catarina no final de 2008 e também a intensa fiscalização por parte dos órgãos federais e estaduais sobre madeiras consideradas ilegais na Região Amazônica, sobretudo no meu Estado de Rondônia.*

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Após a manifestação desta Comissão, a matéria será submetida à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, como é o caso.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional ao projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal – CF) e se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Por sua vez, o inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal prevê a emissão, por esta Comissão, de parecer sobre o mérito, ressalvadas as atribuições das demais comissões, sobre matérias de competência da União. Com base nessa prerrogativa, tecemos, a seguir, considerações também sobre o mérito da proposição, muito embora lembrando que suas razões deverão ser objeto de exame mais aprofundado pela Comissão de Assuntos Sociais.

De pronto, cabe ressaltar ser justa e meritória a preocupação do autor em relação aos trabalhadores do mercado informal, interditados por força de desastres naturais. Entretanto, por outro lado, entendemos que caso a proposição prospere ocorreria temerária sobrecarga do instrumento que atende o trabalhador brasileiro em situação de contingência, vez que a proposta deixa de considerar a necessidade de garantia de receitas para fazer face ao acréscimo da despesa.

Como se sabe, até por não possuir natureza de benefício social, a lei que regula o seguro-desemprego não buscou ter por objeto o atendimento emergencial ao trabalhador informal, e sim, contemplar as situações extraordinárias

e graves de desemprego involuntário, já que o benefício tem por destinatários os trabalhadores com empregos formais.

### **III – VOTO**

À vista do exposto, e não resultando da análise no que tange à competência desta Comissão qualquer óbice quanto à juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator